



Painel II - 11h

Posições brasileiras nas negociações de clima; Fundos para mitigação e adaptação; e Comércio internacional de bens e serviços ambientais e responsabilidade ambiental solidária

Expositores:

- Embaixador Sérgio Barbosa Serra - Representante do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores;
- Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey - do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores.

Debatedores:

- Dr. Roberto Cavalcanti - Assessor Técnico da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Dra. Branca Americano - Diretora de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente;

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

53ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa Ordinária



(CONVIVÊNCIA EM EQUILÍBrio - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE)

As contribuições da agricultura brasileira para a redução do aquecimento global

DIA 27/08/2009

LOCAL: Anexo II, Plenário 6

HORÁRIO: 9h

Deputado Beto Faro - PT/PA

Autor do requerimento nº 415/2009, que propôs este Seminário.

Apresentação

No mês de dezembro do presente ano será realizada a 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas, na cidade de **Copenhague**, Dinamarca. Este evento talvez venha a se constituir a última oportunidade para que os países de todo o mundo definam as condições para uma estratégia Pós-Kyoto, capaz de evitar os cenários mais sombrios para a humanidade previstos pelos cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC/ONU, em decorrência do aquecimento global. Trata-se de um desafio grandioso; para muitos, quase irrealizável. Afinal, pressupõe atitudes inusitadas, no âmbito multilateral, de renúncia econômica e solidariedade e grandeza políticas, para a construção de consensos urgentes em torno de medidas ambiciosas de redução de emissões de gases que intensificam o efeito estufa. Jamais os governantes do mundo desenvolvido, em particular, se depararam com tamanho dilema, qual seja, o de reduzir a dinâmica, ou alterar o perfil dos seus padrões convencionais de produção e consumo, em nome das condições de habitabilidade futura do planeta.

Estima-se que a agricultura responda por algo em torno de 25% do total das emissões. Na atualidade, segundo as estatísticas oficiais, o Brasil está posicionado em 5º lugar no ranking dos principais emissores por conta, principalmente, das queimadas na Amazônia.

É neste contexto que o governo brasileiro participará dessas negociações que não admitirão impasses, procrastinações ou timidez, a exemplo do que ocorre nas negociações pela liberalização do comércio mundial, pois são as condições de vida futura no planeta que estarão em jogo.

De pronto, devemos nos alinhar, nesses debates, à posição defendida pelos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, em torno do princípio da responsabilidade comum, porém, diferenciada. Com efeito, por razões óbvias, cabe aos países industrializados arcarem com os maiores compromissos financeiros e de metas de redução das emissões, o que, obviamente, não isenta os países em desenvolvimento de participação nesse desafio. Também, devemos estar atentos para eventuais manobras políticas dos países desenvolvidos. Não podemos aceitar que a situação atípica e particular da Amazônia seja usada para justificar barreiras de qualquer natureza ao desenvolvimento daquela região e, tampouco, para a legitimação de barreiras comerciais aos produtos agrícolas brasileiros. Da mesma forma, seria inaceitável acordo sobre mecanismos de mercado no **REDD** (sigla em inglês para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), pelos quais países que reduzissem seu desmatamento poderiam vender créditos de carbono para países com metas de redução a cumprir. Este expediente conspiraria contra o direito ao desenvolvimento de países como o Brasil. Neste caso, o governo brasileiro, de forma correta, prefere que o **REDD** seja alimentado por doações dos países ricos.

Enfim, às vésperas dessas negociações, o agronegócio brasileiro vem sofrendo críticas internas e externas sobre supostas permissividades ambientais. Para enfrentar de forma direta esse debate, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados CAPADR, por iniciativa do Deputado Beto Faro (PT/PA), realizará o Seminário "As Contribuições da Agricultura Brasileira para a Redução do Aquecimento Global".

Por meio desta iniciativa, a CAPADR pretende criar as condições para que o setor, pela primeira vez, participe, pela via institucional e organizada, do debate qualificado sobre o tema. E, mais importante, gerando proposições a serem encaminhadas ao governo para a devida consideração nos posicionamentos do país na Conferência de Copenhague.

Portanto, acreditamos que o Seminário significará um importante momento de afirmação do protagonismo político da CAPADR e da agricultura brasileira neste tema de elevada sensibilidade, por envolver a conciliação entre direito ao desenvolvimento e o bem comum de toda a humanidade.

Deputado Fabio Souto - DEM/BA
Presidente da CAPADR

O objetivo do seminário é levantar propostas para a posição do Brasil na Conferência de Copenhague, em dezembro de 2009, e para a bilateral preparatória entre Brasil e EUA, em setembro de 2009.



**Abertura - 9h
Painel I - 9h20**

Emissões por desmatamento, compensações financeiras para a produção e comércio, "limpos", de produtos agropecuários e florestais na Amazônia e possibilidades de tecnologias agrícolas ambientalmente amigáveis com a manutenção da produtividade

Expositores:

- Dr. Eduardo Delgado Assad - Pesquisador da Embrapa;
- Dr. Francisco de Assis Costa - Professor do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA/UFPa).

Debatedores:

- Dr a. Alessandra da Costa Lunas - Vice-Presidente e Secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
- Dr. Rodrigo Justus de Brito - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA.